



PAN-AFRICANISMO CUBANO OU TERCEIRO-MUNDISMO REVOLUCIONÁRIO? LUTAS ANTICOLONIAIS AFRICANAS E CONSCIÊNCIA AFRO-CUBANA NO JORNAL NOTICIAS DE HOY (1964-1965)

Palavras-chave: África; Cuba; Raça; Pan-Africanismo; Terceiro Mundo;

Autores:

Pedro Emmanuel Ribeiro, IFCH/Unicamp

Profa. Dra. Raquel Gryszczenko Alves Gomes (orientadora), IFCH/Unicamp

Introdução

La cuestión africana ha cruzado los oceanos. Com essa frase, publicada no editorial do jornal cubano *Noticias de Hoy*, em 16 de abril de 1964, Nicolás Pérez Delgado, correspondente da agência Prensa Latina, criada após a Revolução de 1959, capturava os impactos da ascensão e agudização das lutas anticoloniais e anti-imperialistas no continente africano, após a Segunda Guerra Mundial, nos processos políticos e sociais em curso nas Américas e no Caribe (*NOTICIAS DE HOY*, 16 de abril de 1964, p.02). Ao enfatizar as vitórias das organizações guerrilheiras que combatiam as potências ocidentais, em especial nos territórios sujeitos ao colonialismo português, o jornalista buscava legitimar a via armada de libertação nacional defendida pelo governo revolucionário de Cuba nas plataformas internacionais do então chamado Terceiro Mundo, a exemplo do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e da Organização de Solidariedade entre os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), que confrontava a estratégia de *coexistência pacífica* com o imperialismo advogada pela União Soviética e pelos países vinculados ao bloco socialista, buscando uma relativa autonomia para os países do Sul Global, num contexto em que as superpotências costuravam uma política de *détente* em meio às pressões da Guerra Fria Global (PRASHAD, 2022; WESTAD, 2007). De fato, a partir de 1964, a África assumiu uma posição de centralidade no projeto internacionalista e terceiro-mundista da Revolução Cubana: com a derrota da estratégia guerrilheira foquista nos países latino-americanos e frente ao progressivo isolamento regional imposto pelos Estados Unidos e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Cuba buscou nas lutas anticoloniais africanas um meio de fortalecer o enfrentamento ao imperialismo em um palco distante de casa, lançando, no decorrer de toda a década de 1960, diversas missões secretas, civis e militares, de apoio às organizações e governos revolucionários na África, em países como Argélia, Tanganica, Zanzibar, Congo-Brazzaville, Angola, Guiné-Bissau e Congo-Kinshasa - neste último, liderada pelo próprio Ernesto Che Guevara (GLEIJESES, 2002).

Nessas operações, Cuba agiu como um jogador próprio no tabuleiro da Guerra Fria Global, uma vez que a URSS não apenas não participou, como se opôs à estratégia cubana para o Terceiro Mundo (GLEIJESES, 2002). Ao mesmo tempo, sem romper diretamente com a retórica da política externa soviética e das alas mais moderadas do MNA, o artigo de Pérez Delgado reforçava todos os seus principais motes: a defesa da democratização das instituições da Organização das Nações Unidas (ONU) para viabilizar a autodeterminação dos povos colonizados; a bandeira das relações internacionais não violentas; e a perspectiva de que o bloco socialista cumpria o papel de constituir uma retaguarda estratégica para as lutas anti-imperialistas no Terceiro Mundo. A tentativa de harmonizar as muitas contradições entre a política externa cubana para com o continente africano, as diretrizes gerais do MNA e a linha de *coexistência pacífica* soviética, era sintomática do próprio papel exercido pelo grupo político responsável pela produção do jornal *Noticias de Hoy*: os socialistas populares. Ligados ao Partido Socialista Popular (PSP), fundado em 1925 como o primeiro partido comunista de Cuba, e dissolvido em 1961, com a criação do Partido Unificado da Revolução Socialista de

Cuba (PURSC), os socialistas populares desempenharam um papel fundamental na construção do Estado revolucionário cubano e na disputa interna para que uma revolução inicialmente de caráter democrático-popular tomasse horizontes socialistas e se aproximasse da URSS. Em geral defensores das orientações emanadas de Moscou, os socialistas populares precisavam, contudo, negociar espaços políticos junto aos demais grupos que construía o novo Estado cubano e seu partido dirigente (CALEGARI, 2021, p.225-294).

Mas, para além das questões da política externa na Guerra Fria, outro tópico diferenciava os socialistas populares das demais forças revolucionárias: a afirmação da questão racial na luta de classes e a defesa da pauta antirracista no programa socialista cubano. Historicamente ligados aos setores negros das classes trabalhadoras cubanas, desde a década de 1930, e com importantes figuras afro-cubanas entre seus quadros de liderança (como Blas Roca e Nicolás Guillén), o PSP, então conhecido como o “partido negro”, viu-se em uma situação delicada após a Revolução de 1959 (DE LA FUENTE, 2001, p.310-355). Fragilizados pela repressão anticomunista lançada pela ditadura de Fulgencio Batista, os socialistas populares, uma vez declarado o caráter socialista do processo revolucionário em 1961, optaram por dissolver o partido, a fim de não entrar em conflito direto com as lideranças do Movimento 26 de Julho no processo de unificação das forças revolucionárias. A dissolução do PSP significou o desaparecimento de uma organização que encampava as demandas da população afro-cubana, sobretudo em um cenário no qual o discurso oficial do governo de Fidel Castro era de que o socialismo, a partir de 1962, já havia superado completamente o racismo e as contradições raciais das estruturas da sociedade cubana (CALEGARI, 2001, p.309-315). Nessa perspectiva, o problema racial assumia meramente um caráter residual e individual, oriundo da contaminação das ideologias burguesas pré-revolucionárias, ou então restringia-se a uma questão externa, fruto da decadência das sociedades capitalistas, em especial dos Estados Unidos. Esse discurso era, na realidade, a atualização de uma ideologia de *democracia racial*, comum a outros países latino-americanos de formação social colonial e escravista, mas que assumia um caráter particular em Cuba desde as guerras de independência no século XIX, segundo a qual não haveria raças nem racismo no país, o que dificultava a afirmação da identidade negra e da própria denúncia ao racismo. O socialismo cubano, embora tenha reduzido intensamente as desigualdades raciais por meio de reformas sociais universais, ao suprimir a identidade afro-cubana e a própria discussão sobre a questão racial no país, deixou incólume as superestruturas ideológicas e culturais do racismo enquanto um sistema de dominação e opressão particular, que voltou à tona nos anos 1990 (DE LA FUENTE, 2001).

No entanto, me parecia difícil compreender como essa ideologia de *democracia racial* coexistia com o vanguardismo da política externa cubana no continente africano durante a década de 1960, sobretudo durante um período em que a África e a Diáspora uniam-se por meio dos projetos políticos pan-africanos, fundamentados na ideia de afirmação e libertação negra contra o racismo das potências capitalistas e imperialistas ocidentais. O pan-africanismo, embora tenha origens na experiência afro-diaspórica de escravizados e libertos nos séculos XVII e XVIII, consolidou-se como ideologia apenas na Conferência Pan-Africana (1900), seguida dos diversos Congressos Pan-Africanos realizados no decorrer do século XX, tendo assumido diferentes vertentes, que iam desde o reformismo integracionista de W.E.B. Du Bois, passando pelo nacionalismo negro de Marcus Garvey, até o socialismo pan-africano de George Padmore (ADI, 2023). Após a Segunda Guerra Mundial, o pan-africanismo adentrou uma segunda fase, na qual a libertação anticolonial do continente africano adquiriu principalidade, com as contribuições de teóricos como Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral e Frantz Fanon, culminando na fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963 (ADI, 2023, p.229-266). Muitas das lideranças das organizações e Estados com os quais Cuba desenvolveu relações a partir de 1964 eram expoentes da “revolta pan-africana”. Com esse panorama em vista e intrigado pela complexa relação entre o terceiro-mundismo, o pan-africanismo e a ideologia de *democracia racial* da Revolução Cubana, busquei entender se o “giro africano” na política externa cubana a partir de 1964 teria uma dimensão pan-africana, com a afirmação de

uma solidariedade racial negra, ou estaria restrito ao universalismo terceiro-mundista defendido por Cuba na Guerra Fria Global. Para responder a essa questão, o jornal *Noticias de Hoy* pareceu-me uma fonte privilegiada, uma vez que, sendo publicado até 1965, constituía um importante espaço de resistência da cultura política dos socialistas populares, mesmo após a dissolução do PSP. De publicação diária e alcance nacional, editado em Havana por quadros históricos do partido (incluindo os afro-cubanos Blas Roca e Nicolás Guillén), o jornal conservou certo grau de independência editorial, diferenciando-se das publicações de outras instituições e organizações do Estado revolucionário (CALEGARI, 2021, p.291-295). Logo, por meio da análise das notícias, reportagens e artigos relacionados aos processos sociopolíticos no continente africano e/ou à discussão da questão racial, objetivei compreender o modo como os socialistas populares, que davam tanta centralidade à luta antirracista, portaram-se diante da estratégia cubana para a Revolução Africana, no contexto de consolidação do projeto terceiro-mundista, de ebulição do pan-africanismo e de propagação da ideologia de *democracia racial* pelo Estado socialista cubano. Situei os marcos cronológicos entre janeiro de 1964, ano em que se iniciou a reorientação da política externa cubana para a África, e março de 1965, um mês antes de Che Guevara partir para sua missão em Congo-Kinshasa. Contudo, em razão do surpreendentemente alto número de recortes mapeados nas páginas da publicação, limitei, por ora, o escopo apenas ao ano de 1964, mas já estou dando continuidade à análise das fontes primárias em um novo projeto de Iniciação Científica, dessa vez financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que resultará em uma monografia.

Metodologia e resultados

A pesquisa iniciou-se com um movimento de mapeamento e análise dos recortes de notícias, reportagens, textos editoriais, artigos teóricos, charges e propagandas relativas às lutas anticoloniais africanas e/ou à questão racial (prioritariamente, mas não apenas no continente africano), em todas as edições do jornal *Noticias de Hoy* publicadas no decorrer do ano de 1964¹. Simultaneamente, esses conteúdos foram catalogados em planilhas do Excel, organizadas por trimestre, que compreendiam os seguintes indicadores: “país abordado”, “tema”, “projeto político” e “questão racial”². O marcador temático foi dividido em seis eixos: Cultura, História, Economia, Antirracismo, Diplomacia, Tensão Política e Luta Armada. Os dois indicadores mais relevantes para esta pesquisa foram o “projeto político” aos quais os conteúdos se vinculavam de forma mais direta – terceiro-mundismo, pan-africanismo ou luta pelos Direitos Civis, no caso do cenário estadunidense; - e a presença ou não da “questão racial” na chave de leitura editorial do periódico, ainda que com simples menções superficiais. Com relação ao primeiro marcador, considere como terceiro-mundismo aqueles conteúdos que inseriam as lutas anticoloniais africanas dentro de um projeto político mais amplo disputado pela política externa cubana, sem necessariamente passar pela reivindicação do pan-africanismo ou de uma identidade afro-diaspórica. Já o pan-africanismo foi entendido aqui como o estabelecimento de uma solidariedade de caráter explicitamente racial à libertação dos países africanos ou a afirmação da necessidade de unidade continental africana contra o colonialismo e o imperialismo. A existência de uma categoria específica para os Direitos Civis nos EUA se deve ao fato de que o jornal parecia estabelecer uma cisão entre a cobertura das lutas do movimento negro estadunidense e o panorama geral do pan-africanismo. Cruzando os dados quantitativos com a análise qualitativa das fontes, foi possível deduzir que, em convergência com a política externa do Estado socialista cubano, a África ocupava uma posição de centralidade na publicação: dos 1033 recortes mapeados ao longo de mais de 350 edições do jornal, 889 (86%) referiam-se especificamente ao continente africano, com uma média de dois recortes por edição, em presença crescente no decorrer do ano – em sua maioria, localizados na

¹ Todas as edições do jornal *Noticias de Noy* foram acessadas por meio do acervo da Digital Library of Caribbean: <<https://dloc.com/AA00022089/00001/citation>>. Acesso em 30 de julho de 2024.

² Os dados estatísticos podem ser visualizados nos gráficos disponíveis no anexo a seguir: <<https://drive.google.com/file/d/1jM0uRpTxMe8dZkoDkv2G9-5eZQHv3t1Y/view?usp=sharing>>.

seção de política externa do jornal, mas também nos textos editoriais, na seção de cultura e mesmo ocupando diversas manchetes na primeira página do periódico. Ao publicar notícias sobre os encontros diplomáticos com chefes de Estado africanos e a participação dos países africanos nos debates das plataformas terceiro-mundistas; reportagens e editoriais de análise histórica sobre os rumos das organizações de libertação africana; e textos teóricos divulgando o pensamento de lideranças africanas como Frantz Fanon ou Patrice Lumumba, os socialistas populares faziam da política externa cubana no continente africano um tema constante no debate de massas entre a população cubana, legitimando-o internamente na própria ilha.

A despeito dessa centralidade, na maior parte dos casos, esses processos políticos eram inseridos dentro de uma chave terceiro-mundista mais ampla, uma vez que o terceiro-mundismo representava a parcela majoritária durante todo o período analisado: 77% no primeiro trimestre, 67% no segundo, 54% no terceiro, 66% no quarto trimestre e 64,1% no total. Esse terceiro-mundismo, contudo, refletia as posições ambíguas particulares dos socialistas populares: o jornal enfatizava as bandeiras centrais do Movimento dos Não-Alinhados, enquanto defendia a aproximação entre o Segundo e o Terceiro Mundos, dando grande destaque às proclamações das lideranças soviéticas com relação à luta anticolonial na África, bem como às parcerias econômicas e encontros diplomáticos entre a URSS e os países africanos, além de colocar a via de desenvolvimento socialista como o único caminho para a superação da dominação colonial e neocolonial. Por outro lado, embora não majoritários, os conteúdos enquadrados no “pan-africanismo” também tiveram recorrência crescente no decorrer dos trimestres (10%, 23%, 33% e 30%, representando 26,7% do total), com o pico no terceiro trimestre, quando foi realizada a II Conferência da OUA, em julho, no Cairo, além da conferência extraordinária, em setembro, para debater a situação da invasão imperialista em Congo-Kinshasa. Essas tendências me levaram a cogitar que, na medida em que Cuba se aproximava cada vez mais das dinâmicas no continente africano, também entrava em contato cada vez maior com o movimento pan-africano, que naquele momento encontrava-se em sua segunda fase de institucionalização, após a fundação da OUA. Tal relação fica ainda mais clara ao se notar a grande correspondência entre a visibilidade dos países abordados pela publicação e sua posição na estratégia cubana no continente: Argélia, Zanzibar e Tanganica (que se uniram posteriormente para formar a Tanzânia) e Congo-Kinshasa, os países mais recorrentes nas páginas do jornal, foram justamente aqueles mais prioritários para as missões de Cuba no continente africano em 1964.

Ainda assim, o pan-africanismo apresenta-se no jornal *Noticias de Hoy* principalmente enquanto a necessidade de construção da unidade política, econômica, diplomática e militar dos povos e países do continente, rumo à completa libertação do jugo colonial e imperialista, desvinculado de qualquer forma de reivindicação de uma identidade negra afro-diaspórica. Se o jornal defendia a necessidade de superar o “pan-africanismo de Estados” presente na OUA e construir um “pan-africanismo de massas”, orientado ao socialismo, sua crítica não se estendia àquela que era considerada a principal deficiência dessa plataforma continental pan-africana: a minimização da unidade racial transatlântica, no lugar da unidade política entre os Estados africanos, o que levava, por consequência, à exclusão da Diáspora das lutas do movimento pan-africanista (NASCIMENTO, 1981, p.75-76). Isso explica por que a questão racial é amplamente minoritária nos recortes mapeados, tanto nos conteúdos vinculados ao terceiro-mundismo, quanto naqueles enquadrados no pan-africanismo, limitando-se sobretudo ao cenário estadunidense ou aos casos mais explícitos de segregação racial no continente africano. Em termos estatísticos, a questão racial está presente em 252 (24,4%) recortes mapeados, dentre os quais 100 (39,7%) referem-se às lutas pelos Direitos Civis nos EUA (que representam 8,6% dos projetos políticos classificados); 53 (21%), à luta contra o apartheid na África do Sul; e 83 (32,3%), a outros países africanos, em especial a Rodésia do Sul e Congo-Kinshasa.

Conclusões

Diferentemente do que alega boa parte da historiografia sobre as relações raciais na Cuba revolucionária, a análise do jornal *Noticias de Hoy* leva à conclusão de que parecia não haver uma contradição entre o vanguardismo da política externa para a África e a supressão da

identidade afro-cubana na política interna. Pelo contrário, havia, por parte dos socialistas populares, uma projeção da ideologia de *democracia racial* para a leitura das dinâmicas políticas no continente africano, apagando, com exceção dos casos mais explícitos de regimes segregacionistas, a dimensão racial do pan-africanismo e, por consequência, excluindo a Diáspora ao limitar os horizontes pan-africanos à ideia de *unidade africana* fundamentada na luta anti-imperialista e socialista entre as organizações de massa e os Estados independentes do continente – ou seja, uma concepção que convergia com o projeto político terceiro-mundista da Revolução Cubana no contexto da Guerra Fria Global. Em muitos casos, até mesmo as movimentações das organizações negras estadunidenses na luta pelos Direitos Civis eram depuradas de qualquer dimensão transnacional ou diaspórica, embora recebessem crescente atenção pelo fato de exporem as contradições do capitalismo nos EUA e, portanto, eram articuladas em um discurso que reforçava a legitimidade do projeto revolucionário cubano. Essa negação da raça nas lutas anticoloniais africanas e pan-africanas servia justamente para harmonizar a aparente contradição entre as políticas externa e interna do Estado socialista. De certo modo, a *discriminação inclusiva* conceituada por Mark Sawyer para caracterizar a simultânea inclusão da população afro-cubana à Revolução e o estabelecimento de termos rígidos para sua incorporação (SAWYER, 2006), também fazia-se presente na relação entre o internacionalismo cubano e o pan-africanismo: o socialismo cubano abraçava e exaltava o pan-africanismo, desde que devidamente “desracializado”, impondo uma ruptura entre a “africanidade” e a identidade negra, noções que não necessariamente têm uma relação direta. Já nos anos 1960, portanto, Cuba desenvolvia uma forma particular de solidariedade à África que emergiria, mais tarde, na sua grande operação de apoio à independência de Angola, entre 1975 e 1991, a qual, segundo Christabelle Peters, desenvolveu-se muito mais sobre uma relação com a “africanidade” do que necessariamente com a identidade negra – um fenômeno que, segundo a autora, não deixaria de ser uma forma de pan-africanismo (PETERS, 2014). Por outro lado, se levarmos em conta o passado dos socialistas populares na luta antirracista em Cuba, é possível que a inegável ênfase na centralidade das lutas do continente africano em seu jornal fosse uma forma dos velhos comunistas manterem sua legitimidade perante à população afro-cubana – base histórica do PSP -, sem apelar para uma identidade racial negada e perseguida pelo Estado socialista. Embora não tenha sido possível confirmar essa hipótese, uma coisa é certa: nas páginas do *Noticias de Hoy*, a *democracia racial* transbordava as fronteiras insulares, emulsificando a tinta escura das águas do *Atlântico Negro* (GILROY, 2001).

Referências Bibliográficas

- ADI, Hakim. **Pan-Africanism: a History**. 1 ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2018.
- CALEGARI, Ana Paula. **Trajetória Partidária e Cultura Política dos Comunistas em Cuba entre as décadas de 1920 e 1960**. 223f. 2021. Tese (Doutorado em História) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2021.
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DE LA FUENTE, Alejandro. **Una nación para todos: Raza, desigualdade y política en Cuba (1900-2000)**. 1 ed. Madrid: Editorial Colibí, 2001.
- GLEJESES, Piero. **Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-Africanismo na América do Sul**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes e IPEAFRO, 1981.
- PRASHAD, Vijay. **História Popular do Terceiro Mundo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- PETERS, Christabelle. *Cruzando o Atlântico Negro: os cubanos na guerra de Angola*. **Via Atlântica**, São Paulo, n.25, jul/2014, p.231-251.
- SAWYER, Mark Q. **Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.